

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Ilustríssimo Senhor,
Cleber Vargas Machado,
DD. Presidente da Comissão de Licitação,
Prefeitura Municipal de Candelária - RS.

Prefeitura Municipal de Candelária - RS
Protocolo
Nº 5460
Data: 19/07/19
Enc: [assinatura]

Ref.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008 / 2019.

ECOTERRA MINERAÇÃO LTDA. – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº **17.191.932/0001-61**, com sede na Estrada Geral de Linha Dona Joséfa, s/nº, Interior, CEP. 96.880-000, Caixa Postal nº112, telefone comercial (51) 99881-7435, na cidade de Vera Cruz, estado do Rio Grande do Sul, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “ a “, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação, lavrado junto a Ata de Abertura do referido certame em 15 de julho de 2019, que julgou inabilitada a licitante **ECOTERRA MINERAÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº **17.191.932/0001-61**, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitatório suscitado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar. Sucede que, o município de Vera Cruz não possui Certidão que comprove a Inscrição no Cadastro de Contribuintes, desta forma este licitante arrolou junto a documentação de habilitação, comprovante de pagamento da taxa de alvará do ano corrente, boleto emitido pela fazenda municipal de Vera Cruz e Consulta Pública ao Cadastro Geral de Contribuintes Estaduais do RS, emitida através do site de domínio publico (<http://www.sefaz.rs.gov.br/consultas/contribuente/Home/Consulta>).

P

II – DAS RAZÕES

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar

3.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

expresso no capítulo 3 – **Da Habilitação**, do Edital.

Supondo não ter atendido tal exigência, a Comissão de Licitação, sem maiores considerações, acabou por inabilitar a licitante, não observando o art. 29º, da Lei nº 8666/93, inciso II

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Essa atitude é manifestamente ilegal, à medida que, por óbvio, é sabido de todos que a legislação faculta a apresentação do documento supracitado ser de origem municipal ou estadual, sendo que a licitante apresentou ambos os documentos além das certidões negativas estaduais e municipais que comprovam que, a licitante desempenha os ramos de atividades e que não possui nenhum débito com os órgãos pertinentes. Cabe salientar que neste certame outra empresa, MINERAÇÃO SANTA CRUZ LTDA, CNPJ Nº 04.724.192/0001-30, também instalada no Município de Vera Cruz-RS, apresentou somente cópia do Alvará que possui data somente da abertura da empresa, logo não é possível aferir se a referida licitante está com cadastro ativo no ano corrente, porém, a mesma foi considerada habilitada para fase de propostas.

A conduta voltada à aceitação de apresentação de documentos de algumas empresas e outras não, viola o princípio da isonomia que deve presidir todo e qualquer procedimento licitatório (art. 3º, da Lei nº 8666/93).

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)


II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Neste sentido é conveniente trazer à tona também os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que também regem a licitação na modalidade Concorrência Pública, e para tanto socorremo-nos das precisas lições de Marçal Justen Filho:

"A Administração está constrangida a adotar alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e seus fins. Não seria legal encampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível. O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância dos defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais..." (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2000)

Ora, não há como negar que a finalidade maior do processo licitatório é a aquisição da melhor proposta a ser obtida pelo Poder Público, mediante disputa a ser desenvolvida entre interessados, que devem ser tratados, em todo o decorrer do certame, de forma isonômica. Logo, o princípio da competitividade é verdadeiro instrumento potencializador desta finalidade. Afinal, sabemos, quanto maior o número de competidores, maior, em tese, as chances em se obter proposta que atenda aos anseios da Administração Pública. Nossa jurisprudência já tem farta gama de decisões que repudiam o excesso de formalismo nas licitações públicas, das quais destacamos as seguintes:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EDITAL. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA. REQUISITO NÃO CUMPRIDO PELA LICITANTE DECLARADA VENCEDORA DO CERTAME. OPÇÃO DA AUTORIDADE POR REGRA EDITALÍCIA QUE AUTORIZA RELEVAR ASPECTOS FORMAIS. PRESERVAÇÃO DA FINALIDADE DO CERTAME. ADEQUAÇÃO DA POSTURA ADMINISTRATIVA. CONDIÇÃO QUE EM NADA CONTRIBUI PARA O OBJETO DA LICITAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL QUE DEVE ESTAR EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. As formalidades do edital devem ser examinadas segundo a utilidade e finalidade e, ainda, sem se olvidar do princípio da razoabilidade. A interpretação do edital sob a luz dos princípios que permeiam o procedimento licitatório não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do certame, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. Na hipótese de erro no edital, que se constitui em exigência meramente formal e vazia de conteúdo significativo, a observância do requisito pode ser dispensada pela comissão julgadora,



quando expressamente prevista essa possibilidade no edital.
(TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. MANDADO DE
SEGURANÇA Nº 326.162-1)

Pela análise da doutrina e jurisprudência apresentada é de se concluir que quando se contrapõem os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e os da proporcionalidade e da razoabilidade, a Administração teve ter a sua atuação pautada na busca da proposta que melhor atenda aos seus interesses, para que não haja desvio de finalidade do procedimento licitatório.


III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa **Ecoterra Mineração Ltda - EPP**, habilitada para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos
P. Deferimento

Vera Cruz – RS, 19 de julho de 2019.



Sergio Affonso Muller Junior
Ecoterra Mineração Ltda. - EPP
Sócio Administrador